

INTERESSADO: R. Almeida 3 - Construção Imobiliária, Lda.**LOCAL:** Av. do Município, lote 4 — Nazaré**ASSUNTO:** “Licença para Obras Processo 75/18 - Opção pelo procedimento de Licenciamento”**PROCESSO Nº:** 75/18**REQUERIMENTO Nº:** 2140/22**DELIBERAÇÃO:**

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

DESPACHO:À Reunião de Câmara
10-11-2022

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré**CHEFE DE DIVISÃO:**À Dra. Paula Veloso
Para inserir na ordem do dia da
próxima reunião da Câmara
Municipal, conforme Despacho do Sr.
Presidente.

11-11-2022



Helena Pola

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

CHEFE DE DIVISÃO:Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré,
Concordo, pelo que proponho a aprovação do projeto de arquitetura com base nos fundamentos e termos do teor da informação, com submissão ao órgão executivo para tomada de decisão.

10-11-2022


Maria Teresa Quinto
Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico

INFORMAÇÃO

Exma. Sra. Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico,
Arq.ª Maria Teresa Quinto

1. IDENTIFICAÇÃO

Trata-se do pedido de licenciamento de obras de alteração/legalização em edifício multifamiliar, sito na Av. do Município, lote 4 – Nazaré.

As alterações apresentadas são maioritariamente interiores, não existindo aumento da área de construção.

Na memória descritiva é apresentado um quadro sobre a criação da propriedade horizontal, mas não é apresentada a descrição da mesma, não sendo admitida a propriedade horizontal. As peças desenhadas deverão delimitar cada fração e áreas comuns.

2. SANEAMENTO

Feito o saneamento e a apreciação liminar do processo ao abrigo do nº 1 do art.º 11º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, verifica-se que o processo se encontra corretamente instruído e que o requerente tem legitimidade para o apresentar.

3. ANTECEDENTES

No Sistema de Informação Geográfica detetaram-se os seguintes processos:

- Comunicação prévia nº75/18, com início a 06/06/2018 e término a 06/06/2020, com prorrogações.

4. CONDICIONANTES, SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

O local não está abrangido por qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública.

5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS

Não foram efetuadas consultas externas.

6. ENQUADRAMENTO EM LOTEAMENTO, PLANO DE PORMENOR (PP), PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA NAZARÉ (PDMN)

O local corresponde ao lote nº4 do alvará de loteamento nº84/81, a que corresponde o processo administrativo nº82/81.

Face à inexistência de planta de síntese do loteamento em base topográfica rigorosa, não é possível confirmar-se com rigor a implantação da construção

O projeto apresentado com cumpre o loteamento.

7. VERIFICAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DAS EDIFICAÇÕES URBANAS (RGEU), REGULAMENTO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ (RUEMN) E OUTRAS NORMAS LEGAIS

O projeto de arquitetura está instruído com termo de responsabilidade do autor pelo que nos termos do disposto no nº 8 do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, está dispensada a verificação das condições do interior da edificação.

No restante estão cumpridas as normas legais aplicáveis.

8. ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA - DL N° 163/06, DE 8 DE AGOSTO

O plano de acessibilidades está instruído com termo de responsabilidade do seu autor, pelo que nos termos do disposto no nº 2 do art.º 3º do DL nº 163/16, de 8 de Agosto, na sua redação atual, está dispensada a sua apreciação prévia, pelo que se consideram cumpridos os requisitos técnicos de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.

9. QUALIDADE ARQUITECTÓNICA

Aceitável.

10. ENQUADRAMENTO URBANO

Aceitável.

11. SITUAÇÃO PERANTE AS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS

Foram apresentadas alterações de configuração do loteamento, tendo sido solicitadas à DOMA – Divisão de Obras Municipais e Ambiente, que fosse emitido parecer sobre a mesma, a qual junto em anexo.

12. CONCLUSÃO

Feita a apreciação do projeto de arquitetura conforme dispõe o n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e considerando o acima exposto propõe-se o seu deferimento.

Caso a decisão venha a ser de aprovação do projeto de arquitetura e conforme dispõe o nº 4 do artigo 20º do DL n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação atual, deverá o requerente apresentar no prazo de 6 meses a contar da notificação desse ato, os seguintes projetos de especialidade necessários à execução da obra (16 do III do Anexo I da Portaria nº113/2015, de 22 de abril):

- Projeto de instalação de gás certificado por entidade credenciada;
- Projeto de rede predial de águas;
- Projeto da rede predial de esgotos;
- Projeto de águas pluviais;
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;

- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º31/2009, de 3 de julho, com a redação actual.

10-11-2022



Maria João Cristão, Arq^ª

INTERESSADO: R. Almeida 3 - Construção Imobiliária, Lda.**LOCAL:** Av. do Município, lote 4 — Nazaré**ASSUNTO:** “Junção de elementos referente ao processo 75/18”**PROCESSO Nº:** 75/18**REQUERIMENTO Nº:** 1177/22**DESPACHO:**

(Competência delegada conforme o Edital n.º 60/2021)

Concordo Comp. Delegada
11-07-2022



Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

CHEFE DE DIVISÃO:

Concordo, solicito parecer à DOMA.

23-06-2022



Maria Teresa Quinto
Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico
(Ao abrigo da delegação de competências conferida pelo
Despacho N.º 50/2021 aditado pelo Despacho N.º 352/2021)

O arruamento foi executado conforme peças
desenhadas entregues pela DPU

15-07-2022



O Chefe de Divisão da DOMA

João Santos, Eng.º

INFORMAÇÃO

À arquiteta Maria João Cristão.

Exma. Sra. Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico,
Arq.ª Maria Teresa Quinto

15-07-2022



Maria Teresa Quinto
Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico

1. IDENTIFICAÇÃO

Trata-se do pedido de licenciamento de legalização de edifício multifamiliar.

Sendo sido proposta uma alteração/legalização, ao arruamento e acessos pedonais, solicito parecer à
D.O.M.A. sobre as mesmas.

22-06-2022

